

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE AS AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO A SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA

Maria Isadora de Fátima Oliveira Carvalho¹
Fernanda Bicalho Pereira²

fernandabicalhopereira@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

O artigo aborda a importância da saúde como direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece o Sistema Único de Saúde (SUS) como responsável por oferecer atendimento desde a Atenção Básica até procedimentos complexos. A prevenção e promoção da saúde são abordadas como estratégias fundamentais para reduzir riscos e melhorar a qualidade de vida, sendo respaldadas pela Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) de 2006. O foco da pesquisa é entender a atuação do psicólogo na promoção e prevenção da saúde na Atenção Básica, considerando os princípios éticos de promoção da saúde e qualidade de vida. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, coletando informações por meio de observações em uma Policlínica municipal. Observa-se que a atuação da Psicologia evoluiu de uma prática clínica individual para uma abordagem mais ampla, contribuindo para a prevenção e promoção da saúde. No entanto, desafios como a falta de comunicação entre profissionais de saúde e a ênfase na formação clínica ainda persistem. A Psicologia é vista como uma profissão em evolução, que busca se adaptar aos contextos de atuação, como a Atenção Básica. A reinvenção das práticas psicológicas é destacada como uma abordagem para introduzir diferentes formas de questionar e abordar situações, alinhadas aos princípios de promoção da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Básica, Promoção, Prevenção.

INTRODUÇÃO

A saúde é um direito de todos os cidadãos, sendo ela assegurada pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 196º que dispõem Art.196 a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

¹ Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX.

² Psicóloga. Mestre em Enfermagem. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX.

Diante disso, a partir da Constituição de 1988 definiu a saúde como direito fundamental do povo e dever do Estado em decorrência desse acontecimento foi-se criado o Sistema Único de Saúde - SUS. Os atendimentos Sistema Único de Saúde vão desde o atendimento na Atenção Básica, até o transplante de órgãos, passando por ações de vigilância sanitária, controle de endemias, vacinação e outras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÉDICAS E MÉDICOS PELA DEMOCRACIA, 2020).

A palavra prevenção de agravos à saúde concentra seus esforços na redução do desenvolvimento e gravidade das doenças, enquanto a promoção da saúde direciona, estimula e educa as pessoas para que elas façam escolhas saudáveis, que preservem a saúde e melhorem a qualidade de vida (KICH, 2022). Com intuito de articular e integrar as ações de promoção a saúde a Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS foi instituída em 30 de março de 2006, ratificou o compromisso do Estado com a ampliação e a qualificação de ações de promoção à saúde nos serviços e na gestão do SUS (BRASÍLIA, 2018).

Este trabalho justifica-se, uma vez que é necessário conhecer como a atuação do profissional psicólogo ocorre frente as ações de prevenção e promoção à saúde dentro de uma instituição de atenção básica.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do psicólogo frente as ações para proporcionar saúde aos indivíduos visto que no Código de Ética do profissional psicólogo em seus princípios fundamentais visa que: II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Trabalhos como esse são importantes para fundamentar a importância do profissional psicólogo frente as ações de promoção e prevenção da saúde, qual a sua atuação dentro dessas ações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os termos prevenção e promoção tem como significados: prevenção do termo 'prevenir' tem como significado de "preparar"; chegar antes de; dispor de maneira que evite (dano, mal); impedir que se realize"; 'promover' tem como significado de

dar impulso a; fomentar; originar; gerar (FERREIRA, 1986). Com o intuito de assegurar a saúde como um direito de todos os cidadãos criaram o Sistema Único de Saúde - SUS a partir da Constituição Federal de 1988 (Associação brasileira de médicas e médicos pela democracia, 2020), e a partir das definições, das legislações que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS), das deliberações das conferências nacionais de saúde e do Plano Nacional de Saúde (2004- 2007), foi aprovada em 2006, na Comissão Intergestores Tripartite, a Política Nacional de Promoção da Saúde do SUS, visando ao enfrentamento dos desafios de produção da saúde e à qualificação contínua das práticas sanitárias e do sistema de saúde (BRASÍLIA, 2018).

A Política Nacional de Promoção a Saúde - PNPS é resultado de um grande marco da luta pela universalização do sistema de saúde e pela implantação de políticas públicas em defesa da vida, tornando a saúde um direito social irrevogável, como os demais direitos humanos e de cidadania. O Sistema Único de Saúde veio para assegurar o acesso universal à saúde a todos os cidadãos (BRASÍLIA, 2018). Ademais o SUS assegura ao cidadão:

[...] acesso às ações e aos serviços de saúde e, a integralidade da assistência com igualdade, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie e com ampla participação social, capaz de responder pela promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, conforme as necessidades das pessoas (BRASÍLIA, 2018).

A ideia sobre a Atenção Básica mundialmente denominada como Atenção Primária desde a Constituição Federal já tinha circulado como possibilidade entre atores do setor saúde brasileiro, a partir da Declaração de Alma Ata, em Conferência Mundial de Saúde, em 1978, ocorrida em Alma Ata. Naquele momento a Atenção Básica era considerada uma mudança radical a ser instalada em países que tinham o objetivo de se tornarem países com bons níveis de manutenção e potencialização da vida (BRASÍLIA, 2019). Em conformidade, o texto final da Declaração de Alma Ata indica:

Primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde (DECLARAÇÃO DE ALMA ATA, 1978).

Uma breve análise histórica revela que, especialmente até os anos 1980, a presença da Psicologia estava caracterizada pela prática clínica que possuía uma inclinação privatista, elitista e desconexa com a realidade social do país (ROSA; SILVA, 2019). A intervenção ocorria nos consultórios particulares (voltados para uma clientela proveniente das classes mais privilegiadas), assim como nos hospitais e ambulatórios de saúde mental (guiados pelo enfoque predominante da época, que era a internação e medicação) (BOCK, 1999; SPINK, 2003). É evidente que nas últimas décadas a Psicologia desempenhou um papel de destaque no que tange à garantia do direito à atenção integral à saúde, por meio de seu trabalho diário no âmbito do SUS (ROSA; SILVA, 2019). Com a instalação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), nos anos de 2006, depois em 2011, e mais recentemente em 2017, por meio de portarias ministeriais, que atenderam princípios constitucionais para o setor saúde do país, foi possível a AB por meio do plano de institucionalidade, mostrar potência de ação na saúde das pessoas (BRASÍLIA, 2011). Através das portarias do PNAB foi possível conquistar “alguma regulamentação sobre a ação econômica em face de grandes inimigos do SUS, a saúde privada. a econômica em face de grandes inimigos do SUS, a saúde privada.

Foram previstos recursos que consideram aspectos sociodemográficos e epidemiológicos, implantação de estratégias e programas da AB, abrangência da oferta de ações e serviços, desempenho dos serviços de AB e recursos de investimento” (BRASÍLIA, 2019).

Em decorrência dos diversos avanços da AB, a mesma começa a requerer mais a atuação da Psicologia, como colocado no PNAB como a noção de território. Para se ter a ideia de território é necessário um amplo conhecimento das necessidades de projetos e serviços de saúde relativos às condições concretas de vida da população que ali reside. Dessa forma o território pode ser visto em ligação direta com a Psicologia em relação direta da sociedade com a subjetividade, pois a Atenção Básica (BRASÍLIA, 2019):

Considera a pessoa em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral, incorporar as ações de vigilância em saúde — a qual constitui um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde — além disso, visa a o

planejamento e a implementação de ações públicas para a proteção da saúde da população, a prevenção e o controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde (POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, 2017).

Destaca-se na ideia de território que a Política Nacional de Atenção Básica deve superar compreensões simplistas, nas quais, entre outras, há dicotomia e oposição entre a assistência e a promoção da saúde”, quando a ação, em face dos seus fenômenos, deve levar em consideração “múltiplos determinantes e condicionantes (BRASIL, 2017). Sendo um dos exemplos das possibilidades e alcance da Atenção Básica:

A AB pode açambarcar, a um só tempo, toda a população de um território, realizando ações que sejam fundamentais para o ‘caminhar pela vida’, como controle de doenças, por meio de vacinas; prevenção de afecções 26 Conselho Federal de Psicologia comumente presentes na vida das pessoas, contabilização e análise de dados de vigilância em saúde (BRASÍLIA, 2019).

O trabalho do (a) Psicólogo (a) dentro na AB envolve o sofrimento ético político, tal qual desenvolveu Sawaia (2003), relativo às relações de exclusão de toda ordem, de gênero, de trabalho, de projeto etc. E nesse sentido, o trabalho da(o) psicóloga(o) na Atenção Básica parte do pressuposto de que aquelas pessoas que frequentam a unidade de saúde, tem uma situação sócio histórica que determina o seu processo de adoecer e de ter saúde, um ethos a ser transformado (SPINK, 2007), corroborando com o autor Böing e Crepaldi (2010) citam o psicólogo no primeiro nível de atenção desempenha o trabalho de “oferecer uma importante contribuição na compreensão contextualizada e integral do indivíduo, das famílias e da comunidade.

O lugar da Psicologia no trabalho de prevenção e promoção a saúde no sistema da AB é o lugar de retaguarda, porém, a mesma supõe também o contato mais ativo e permanente com toda a população que integra um determinado território mesmo sendo um contato indireto e não apenas quando procurada por alguém que a requisite (BRASÍLIA, 2019). Em espaços de atuação estabelecidos, como a escola, as organizações e a clínica, o papel da Psicologia foi, na grande maioria das vezes, esperar que nossa porta fosse procurada, que a demanda fosse esboçada, para que o trabalho pudesse ganhar forma. Nesse sentido, aprendemos

na universidade sobre a construção e reconstrução da demanda como um capítulo fundamental do nosso fazer, considerando o esboço de enunciação da demanda pedra angular para pensar estratégias a serem traçadas no plano de cuidado (ALEXANDRE *et al.*, 2017). A postura do profissional psicólogo(a) passa a ser de quem se interessa e busca ativamente levar seu saber a fim de qualificar a construção dos casos, fazendo o olhar psicológico presente, ainda que não tenhamos encontrado com a família ou pessoa que está sendo pensada em suas necessidades de saúde (CFP, 2008).

A prevenção e a promoção estão diretamente relacionadas com o grande tema dos determinantes sociais da saúde (CZERESNIA, 1999; BUSS; PELEGRINI, 2007). A saúde pública/saúde coletiva é definida genericamente como campo de conhecimento e de práticas organizadas institucionalmente e orientadas à promoção da saúde das populações (SABROZA, 1994). Ter boa saúde e qualidade de vida, como define a conferência realizada sobre o tema em Ottawa (1986), está ligado a condições que envolvem moradia, saneamento básico, educação, emprego e ambiente de trabalho, alimentação, situação familiar e rede de apoio, mobilidade e segurança, enfim, uma série de fatores.

Como falamos anteriormente a prevenção trata-se de ações para evitar surgimento de doenças. Essas ações geralmente estão centradas em estudos epidemiológicos que possam apresentar fatores de risco e hábitos que podem levar ao surgimento de doenças, como por exemplo a dengue, e doenças degenerativas como o caso do diabetes. A educação sobre os sintomas geralmente é a base do trabalho das Unidades Básicas. A ação é de responsabilidade do profissional de saúde que produz conhecimento e conseqüentemente interfere em uma determinada região e/ou na conduta dos indivíduos (BORGES *et al.*, 2018).

Com relação a promoção a mesma possui um sentido amplo, abrangente “pois guarda relação com o aumento mais global da sensação de bem-estar, não estando diretamente ligada a alguma doença. São formas de atuação que apontam para um modo de vida mais saudável, abrangendo mais evidentemente os determinantes sociais da saúde. O agente promotor de saúde não se restringe aos profissionais de saúde, pois a promoção envolve atores diversos e ações intersetoriais” (CZERESNIA, 2020).

A proposta de trabalho sobre a prevenção e a promoção é que equipes de saúde não atuem apenas quando a doença ou sofrimento já está estabelecido, mas busquem estratégias que além de diminuir custos do sistema de saúde, promovam maior cuidado para a população (BRASÍLIA, 2019).

A partir desse modelo de trabalho coloca a Psicologia pensando a intervenção antes da construção da demanda, ativa na promoção da saúde. Na ideia de saúde ampliada podemos pensar que não há saúde sem saúde mental; não há saúde mental sem um trabalho que organize o cuidado em rede; cabe então à(o) psicóloga(o), e a outros profissionais de saúde, colaborar no processo de construção dessas redes para que possam produzir cuidado para além da presença de profissionais de saúde (BRASÍLIA, 2019).

Vista que a inserção do profissional psicólogo no setor saúde é bem recente, sendo que ela aconteceu na década de 90, essa profissão ainda não possui uma definição clara do seu papel desempenhado nos níveis de atenção à saúde acarretando o desconhecimento das possibilidades de atuação. O trabalho feito pelos psicólogos (as) tem como características desenvolvimento de um trabalho da equipe de saúde na e com a comunidade por meio, do modelo de vigilância da saúde, dando ênfase as ações de promoção à saúde e trabalhando também com a prevenção (BÖING, CREPALDI, E MORÉ, 2009).

É preciso que profissionais de saúde, e principalmente psicólogas(os), estejam abertas a ampliar suas práticas a fim de construir efetivamente saberes a partir de diferentes racionalidades na luta por uma promoção integral da saúde. Isso significa que na construção de estratégias de prevenção e promoção sejam consideradas aquelas já utilizadas por uma população, numa postura de troca de saberes e de abordagens de acolhimento que ainda não foram enunciadas pela ciência, em uma parceria (BRASÍLIA, 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, para Minayo (2003) que busca uma análise da realidade, em seus aspectos que não podem ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos

profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

As informações foram coletadas por meio da observação, que segundo Gil (1999) e Rúdio (2002) é a aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade. Rúdio (2002) acrescenta que o termo observação possui sentido mais amplo, pois não trata de apenas de ver, mas também de examinar e é um dos meios mais frequentes para conhecer pessoas, coisas, acontecimentos, fenômenos.

Este trabalho foi realizado como cumprimento do estágio básico III do Centro Universitário Vértice - Univértix. As observações aconteceram na Policlínica de um município localizado na Zona da Mata mineira, na recepção e nos atendimentos psicológicos infantis. A instituição está localizada no centro da cidade, oferece diversos serviços de saúde como transporte para as consultas em cidades vizinhas, transporte para levar e buscar pacientes hospitalizados, uma equipe multidisciplinar de profissionais dentre eles, 5 funcionárias responsáveis pela limpeza do estabelecimento, 3 enfermeiras que trabalham em dias e horários alternados, 2 técnicos de enfermagem que também trabalham em dias e horários diferentes, 9 motoristas, 1 médico urologista, 1 pediatra, 1 cardiologista, 1 nutricionista, 1 médico clínico geral e 5 médicos plantonistas que trabalham em dias e horários alternados.

A observação foi realizada ao longo dos meses de setembro e outubro de 2022. A estagiária fez visitas a instituição, três vezes por semana, com 3 horas de duração cada visita. Observou-se no estágio a recepção da instituição e atendimentos psicológicos infantis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da realização do estágio supervisionado III no Centro Universitário Vértice - Univértix, foi possível realizar o estágio na rede pública de saúde de um município situado na Zona da Mata mineira. Durante as observações, foi perceptível que a rede pública de saúde conta com profissionais de diversas áreas da saúde, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) ou a Atenção Básica, como a Estratégia de Saúde da Família, iniciativas que visam fornecer cuidados de saúde por meio de equipes multidisciplinares. De acordo com Macinko e Mendonça (2018), a

importância do trabalho em equipe na APS é destacada como um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), enfatizando a integralidade no cuidado de saúde.

Nesse contexto, a atuação que era predominantemente centrada em consultórios individuais (voltados para uma clientela de classes mais privilegiadas), hospitais e ambulatorios de saúde mental, onde a abordagem de internação e medicação era dominante (BOCK, 1999; SPINK, 2003). Nas últimas décadas, no entanto, foi notável o significativo envolvimento da Psicologia no asseguramento do direito à atenção integral à saúde, especialmente por meio do trabalho diário no Sistema Único de Saúde (SUS) (ROSA E SILVA, 2019).

A necessidade de uma comunicação eficaz entre os profissionais da equipe multidisciplinar se destaca como um requisito crucial para a prestação de um serviço de saúde de qualidade. Durante as visitas à instituição, ficou evidente que a falta de comunicação entre alguns profissionais resulta em dificuldades no atendimento aos usuários. Além disso, a ausência de comunicação adequada com os usuários também prejudica a qualidade do atendimento. Conforme Santos *et al.*, (2021), a comunicação desempenha um papel vital na reorganização do processo de trabalho, e de acordo com Biasibetti *et al.*, (2019), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) enfatiza a necessidade de comunicação clara e técnicas de comunicação para promover uma cultura de segurança nos estabelecimentos de saúde.

Pesquisas como as de Souza *et al.*, (2014) e Siman *et al.*, (2017) indicam que falhas na comunicação entre profissionais de saúde e entre esses profissionais e pacientes têm contribuído para eventos adversos e para a diminuição da segurança do paciente. A atuação da psicóloga da instituição em uma palestra sobre o Empoderamento Feminino durante a campanha do outubro rosa ressalta a presença da Psicologia na prevenção e promoção da saúde. Essa ação demonstra uma ampliação de foco, abordando questões que vão além do modelo clínico tradicional.

Observa-se que a atuação da Psicologia na atenção básica ainda enfrenta desafios. A tradição de formação focada em atendimentos individuais do modelo clínico permanece presente, contrastando com a característica de cuidado territorial da Atenção Básica (DA SILVA *et al.*, 2021). A atuação do profissional psicólogo

também é um desafio, uma vez que muitas vezes a formação enfatiza abordagens clínicas individuais (BOING & CREPALDI, 2010; Cezar & ARPINI, 2015).

Contudo, a Reforma Psiquiátrica trouxe novas perspectivas, superando modelos biomédicos de atenção à saúde e promovendo uma abordagem mais abrangente e integrada (LOPES; GONÇALVES, 2018). No entanto, a atuação da Psicologia ainda pode estar limitada por obstáculos como a falta de comunicação, a alta demanda de pacientes e a tradição da formação clínica. O desafio reside em transformar a formação e prática da Psicologia para melhor se adequar às necessidades da Atenção Básica, como afirmam DAMASCENO (2021) e CELUPPI (2021).

Assim, é importante reconhecer que a Psicologia é uma profissão dinâmica que evolui com o tempo, mas também enfrenta desafios em sua adaptação aos contextos de atuação. O compromisso com a promoção da saúde, a qualidade de vida e a eliminação de negligência e discriminação deve guiar a atuação dos psicólogos nas diversas áreas de atuação, incluindo a Atenção Básica (CÓDIGO DE ÉTICA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos concluir que a Psicologia ainda enfrenta um percurso significativo para conseguir articular suas atividades na atenção básica, desviando o foco do atendimento clínico. Esse constitui um desafio substancial para os profissionais que operam na esfera da atenção básica (DIMENSTEIN E MACEDO, 2012). O psicólogo busca a promoção do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, grupos sociais e instituições (CFP, 2006, p. 4).

A Psicologia se configura como uma das profissões com forte presença e potencial para contribuir com o projeto político do SUS. No entanto, apresenta várias questões relacionadas às práticas, tanto em serviços técnicos especializados quanto em instituições ou programas de saúde. Entretanto, os psicólogos muitas vezes enfrentam dificuldades para distinguir e adequar suas práticas de acordo com o nível de atenção em que estão inseridos (primário, secundário ou terciário) (DIMENSTEIN e MACEDO, 2012).

Huning e Guareschi (2009) argumentam de maneira precisa que reinventar as práticas psi não envolve necessariamente criar novos métodos de intervenção, mas sim introduzir diferentes formas de questionar e abordar situações, incluindo questionamentos sobre nossos objetivos e as implicações das afirmações que fazemos acerca das pessoas que consideramos nossos sujeitos-objetos.

REFERÊNCIAS

BIASIBETTI, C. *et al.* Comunicação para a segurança do paciente em internações pediátricas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, p. 1-9, 2019.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BÖING, Elisangela; CREPALDI, Maria Aparecida. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 634-649, 2010.

BÖING, Elisangela *et al.* A epistemologia sistêmica na atuação do psicólogo na atenção básica à saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 828-845, 2009.

CELUPPI, Ianka Cristina *et al.* Sistema de agendamento online: uma ferramenta do PEC e-SUS APS para facilitar o acesso à Atenção Primária no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2023-2034, 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/. Acesso em: 10 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Atuação de psicólogos em serviços de atenção básica à saúde**. Relatório de pesquisa. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008.

CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO. Conselho Federal de Psicologia, Brasília: agosto de 2005.

CZERESNIA, Dina. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. **Cad. Saúde Pública**, v. 15, n. 4, p. 701-709, 1999.

DAMASCENO, Álex de Souza Ramos. **Desafios na atuação da psicologia na atenção básica à saúde**. 2021.

DE SÁ, Suellen Cristinne Macedo *et al.* Desafios e potencialidade da atuação da equipe multiprofissional na atenção primária em saúde. **Saúde Coletiva** (Barueri), v. 11, n. 61, p. 4918-4929, 2021.

DA SILVA, Adriana Moreira *et al.* Atuação da psicologia na atenção básica: desafios da práxis em uma unidade de saúde da família. In: **Anais do III Congresso de Saúde Mental da UFSCar**, 2021.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário do Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HUNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: N. M. F. Guareschi & S. M. Huning (Orgs.), **Foucault e a Psicologia**, pp. 159-182. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

KICH, Jordana *et al.* Prevenção e promoção da saúde no Brasil: progressos ou retrocessos? **Anais do Seminário Científico do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da UNISC**, 2022.

LOPES, H. P.; GONÇALVES, A. M. A política nacional de redução de danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2858. Acesso em: 10 de nov. 2022.

MACINKO, J.; MENDONÇA, C. S. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 18-37, 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

RODRIGUES, Patrícia Matte; KOSTULSKI, Camila Almeida; ARPINI, Dorian Mônica. A construção de novas práticas na psicologia na atenção básica: a experiência de residentes psicólogos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310215, 2021.

ROSA, Natália Batista; DA SILVA-ROOSLI, Ana Cláudia Barbosa. A Psicologia na Atenção Básica: possibilidades de intervenção na promoção e prevenção à saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 99-114, 2019.

SABROZA, P. C. **Saúde pública: procurando os limites da crise**. Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz, 1994.

SANTOS, D. *et al.* Segurança do paciente: uma abordagem acerca da atuação da equipe de enfermagem na unidade hospitalar. **Revista Temas em Saúde**, v. 17, n. 2, p. 213-225, 2017.

SILVA, Rafael Bianchi; MIANI, Luiza Farias; BONATTI, Graziela Lastória. O psicólogo nas políticas públicas a partir da correlação entre a clínica ampliada e a redução de danos. **Contradição-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais**, v. 2, n. 1, 2021.

SIMAN, A. G. *et al.* A prática de notificação de eventos adversos em um hospital de ensino. **Rev Esc Enferm USP**, v. 51, n. e03243, 2017.

SPINK, M. J. P. **Psicologia social e saúde: Práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SPINK, M. J. (Org.). **A Psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Portaria n.º 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). 2011. Disponível em: <http://www.saude.gov.br> Acesso em: [data de acesso].

PEREIRA, R. C. A.; RIVERA, F. J. U.; ARTMANN, E. O trabalho multiprofissional na estratégia saúde da família: estudo sobre modalidades de equipes. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 17, n. 45, p. 327-340, 2013.

YAMAMOTO, *et al.* Espaços, práticas: o que há de novo na psicologia no Rio Grande do Norte? **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 65-72, 2001.